

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

DÉBORA JACQUELINE LESME GOMEZ

**O ASSENTAMENTO ANDALUCIA NO MUNICÍPIO DE
NIOAQUE-MS.**

**JARDIM
2011**

DÉBORA JACQUELINE LESME GOMEZ

**O ASSENTAMENTO ANDALUCIA NO MUNICÍPIO DE
NIOAQUE-MS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Geografia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Msc. Gezeli Eberhard

**JARDIM
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA

Gomez, D.L.

O Assentamento Andalucia no Município de Nioaque-MS / Débora Jacqueline Lesme Gomez – Jardim : [s.n.], 2011.

10 f

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Msc. Gezeli Eberhard

1. Assentamento Rural, 2. Preservação, 3. Capacitação, 4. Desenvolvimento

É concedida a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópias deste Trabalho de Conclusão de Curso, somente para fins acadêmicos científicos.

Débora Jacqueline Lesme Gomez

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais Ana Maria Lesme Gomez de Oliveira e Rosenil de Oliveira responsáveis pela minha formação cultural, profissional, humana e espiritual, e ao meu irmão Ronaldo Thomaz Lesme de Oliveira, razões pela qual eu tenho lutado por um futuro melhor, dedico este trabalho pela compreensão e apoio em todos os momentos que eu mais precisei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças para concluir este trabalho.

Gostaria de agradecer também a minha família meus pais Ana Maria Lesme Gomez de Oliveira meu padrasto Rosenil de Oliveira, e meu irmão Ronaldo Thomaz Lesme de Oliveira, em especial a minha mãe, razão da minha existência pelo apoio e amor.

Aos meus amigos pelo apoio e conselhos, amigos de verdade mesmo que agradeço a /deus por ter colocado pessoas tão especiais em minha vida, agradeço a Adariluce Alves, Édna Santos, Jacquerson Cavanha, Kleziane Andréia de Moraes e Sandra Leonardo Aguiar, que sempre estiveram prestando apoio e me incentivando a não desistir.

A minha grande amiga quase irmão Micheli Lima Galdeas e toda a sua família pelo apoio.

Ao meu namorado Ueliton Giovani Chamorro pela compreensão e carinho durante esses dias de mau humor e nervosismo.

Aos professores do curso de geografia pela contribuição ao longo dos quatro anos, em especial ao Professor Roberto Ortiz Paixão.

A professora e orientadora Msc. Gezeli Eberhard pela dedicação e empenho, que fez muito mais que apenas me orientar e sim me incentivar para a conclusão deste curso, sem ela não seria possível concluir esta etapa, por isso meu muito obrigado.

Ao Secretário de Desenvolvimento Rural de Nioaque-MS, Sr. Luiz Fina pela atenção e gentileza em prestar informações tão necessárias para a realização deste trabalho.

Ao Sr. Altair de Souza e Rosana Claudino e a todos do CEPPEC. Pela atenção em especial às mulheres tecelãs pela disposição em contribuir com a minha pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a proposta do Projeto Centro de Produção Pesquisa e capacitação do Cerrado – CEPPEC, desenvolvido no Assentamento Andalucia no município de Nioaque-MS. Para isso, o presente estudo foi dividido em três capítulos: primeiramente apresentamos o papel do Estado na formação agrária do Brasil, analisando também a ocupação e produção do Centro-Oeste brasileiro; no segundo capítulo apresentamos a organização dos trabalhadores rurais no território do Mato Grosso do Sul; e no terceiro capítulo apresentamos o papel do Projeto CEPPEC no Assentamento Andalucia. Para o desenvolvimento deste estudo optou-se por pesquisa quantitativa com questionários que foram aplicados junto aos participantes do projeto e entrevistas com os fundadores do Assentamento, e também entrevista com o Senhor Luiz Fina, responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Rural de Nioaque-MS. Percebemos a importância deste projeto para o desenvolvimento local, que teria mais sucesso se todos da comunidade do Assentamento Andalucia participassem das ações propostas, o que resultaria na melhor qualidade de vida.

Palavras Chave: Assentamento Rural. Preservação. Capacitação. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This present research has been as objective to analyse the purpose of the “Projeto Centro de Produção Pesquisa e Capacitação do Cerrado – CEPPEC”, developed at Andalucia Settlement in Nioaque-MS. Therefore, this present research had been divided in three chapters: at first, will be presented the importance of the Mato Grosso do Sul state for the agrary formation in Brazil and also analysing the occupation and the production of the Brazilian West-Central; on the second chapter will be presented the rural workers organization at Mato Grosso do Sul area; and on the last chapter will be presented the importance of the CEPPEC Project for Andalucia Settlement. For this study development it had been chosen for a quantitative research with questionnaires that were applied to the project participants and interviews with the Settlement founders and with Mister Luiz Fina, “Secretaria de Desenvolvimento Rural de Nioaque-MS”. It is very important this project for the local development, that would have been more successfully if everybody would have joined it with its purpose actions what would result in a better life quality.

Key-words: Rural Settlement. Preservation. Capacitation. Development.

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Tapete de Fibras vegetais (milho, bananeira e barbante).....	31
Foto 2: As tecelãs trabalhando na oficina de tecelagem.....	36
Foto 3: As tecelãs trabalhando na oficina de tecelagem.....	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Assentamento Andalucia no Município de Nioaque-MS.....34

LISTA DE SIGLAS

CEPPEC – Centro de Produção Pesquisa e Capacitação do Cerrado

ONG -ECOIA – Organização Não Governamental Ecologia e ação

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

SOMECO – Companhia Melhoramentos e Colonização

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PLADESCO – Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro- Oeste

PIN – Programa de Integração Nacional

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PMDR – Programa Municipal de Desenvolvimento Rural

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

CPAC – Centro de Pesquisa do Cerrado

PRODAF – Programa de Desenvolvimento da Agricultura

PPP – Programa de Pequenos Projetos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - O PAPEL DO ESTADO NA FORMAÇÃO AGRÁRIA DO BRASIL..	14
1.1. A ocupação e Produção do Centro-Oeste Brasileiro, Reflexos das Políticas de Planejamento do Estado.....	22
CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	Erro! Indicador não definido.28
2.1. A Reforma Agrária em Nioaque-MS: Assentamento Andalucia.....	29
CAPÍTULO III - O PAPEL DO PROJETO CEPPEC NO ASSENTAMENTO ANDALUCIA.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
ANEXOS.....	46

INTRODUÇÃO

O presente estudo está voltado à questão de ocupação de terras, ou seja, reforma agrária no Brasil, mais especificamente no estado de Mato Grosso do Sul e faz análise da ocupação da área territorial intitulada Assentamento Andalucia, localizada no município de Nioaque a 220 km da capital do estado. Este assentamento existe desde 1996, data de criação do mesmo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), datam desta época o número de 166 famílias integradas neste projeto de ocupação, estes assentados são originários de vários estados brasileiros, atraídos por promessas de emprego e terras para moradia e cultivo.

A questão agrária no Brasil está intimamente ligada à colonização das terras desde seus primórdios, tendo em vista que a ocupação do território se deu através do sistema de capitânicas hereditárias, sendo preciso compreender, desta forma, o regime de Seis Marias, que era o regime adotado durante o período colonial que concedia grandes extensões de terra a alguns favorecidos, a lei de terras e todos os aspectos relacionados à organização do espaço brasileiro, para, dessa forma, atentar-se a real necessidade de redistribuição e ocupação de terras, tornando-as produtivas, uma vez que as terras reclamadas pelo movimento dos trabalhadores sem terras são terras ociosas, com alto potencial produtivo. É nesta perspectiva que o Assentamento Andalucia foi projetado e que trabalha atualmente, voltado ao desenvolvimento de ações de implantação de práticas sustentáveis que garantem a subsistência do espaço natural, conservação e proteção ambiental, resumindo-se na ocupação consciente do solo, por aqueles que precisam da terra para trabalhar, tirando da mesma o seu sustento.

O Assentamento Andalucia, ex-propriedade do conde espanhol Rafael Gutiérrez, construção de época, possui modelo colonial espanhol do ano de 1930, sua estrutura foi preservada e por este motivo atrai turistas interessados em desfrutar de sua beleza arquitetônica, além disso, a beleza natural da área em questão, localizada nos limites da Serra de Maracaju, o que favoreceu o desenvolvimento do Turismo Rural no Assentamento. Além deste potencial turístico desenvolvido no assentamento, outras atividades como o extrativismo dos frutos do cerrado e projetos se destacam nesta localidade, existem, graças à intervenção de alguns órgãos, projetos de capacitação nas áreas de culinária, artesanato, extrativismo vegetal, entre outros, que visam à produção e cultivos de produtos do cerrado.

O assentamento conta com uma escola, que funciona na antiga sede da fazenda, com as dependências do Projeto Centro de Produção Pesquisa e capacitação do Cerrado – CEPPEC e com toda a infraestrutura necessária, capaz de oferecer aos assentados condições dignas de moradia e reprodução, tanto física, como cultural, social e econômica, fazendo valer, sobretudo, a posse destas terras.

Este trabalho encontra-se dividido em três capítulos, no primeiro capítulo discorremos sobre O papel do Estado na formação agrária do Brasil, no segundo capítulo tratamos da Organização dos trabalhadores rurais no território do Mato Grosso do Sul, e no último capítulo caracterizamos o papel do Projeto CEPPEC no assentamento Andalucia.

Para a compreensão dos assuntos referente á questão agrária no Brasil foi necessário consultar os autores que abordam este tema, como por exemplo, o autor Graziano da Silva e Ruy Moreira, e outros autores que estão presente na referencia bibliográfica, pois são leituras de fundamental importância para o entendimento do tema abordado.

Para a realização deste trabalho foi feito uma pesquisa bibliográfica, entrevistas a órgãos responsáveis como, por exemplo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Secretária de Desenvolvimento Rural de Nioaque-MS, como também entrevistas com os moradores do Assentamento Andalucia.

Este trabalho tem como objetivo analisar a proposta do Projeto Centro de Produção Pesquisa e Capacitação do Cerrado no Assentamento Andalucia em Nioaque-MS.

CAPÍTULO I

O Papel do Estado na Formação Agrária do Brasil

O Brasil possui grande extensão territorial, mas somente parte das terras produtivas é cultivada, pois a posse da terra está atrelada a apenas uma parcela da população. O que para Graziano da Silva (2007) expressa à situação de que é pequena a parcela de proprietários que tem a posse de imensas extensões territoriais, ou seja, configurando assim grandes áreas agrícolas que quando exploradas compõem monoculturas, confirmando o papel do país como produtor e exportador de commodities. Frente ao papel concentrador do perfil produtivo de commodities, o autor ressalva que as terras brasileiras poderiam ser aproveitadas e trabalhadas por uma imensa parte da população, a qual está excluída do acesso a terra. Assim, entendemos que em condições de redistribuição e assentamento, essas terras poderiam garantir produção de alimentos, barateando o custo, gerando renda e proporcionariam assim melhor qualidade de vida a uma parcela maior da população.

A concentração fundiária está presente desde o início da colonização do Brasil, pois quando os portugueses concederam enormes extensões de terras em forma de “sesmarias” privilegiaram a propriedade privada, ou seja, a posse da terra de forma concentrada. Nesse sentido, para Kirdeikas (2003) as “sesmarias” foram uma forma eficaz de a coroa portuguesa controlar a colonização e a estrutura da produção, privilegiando e concentrando os bens de produção sob a posse de determinados grupos. Frente a essa discussão, Graziano da Silva (2007) afirma que as “sesmarias”, na forma de grandes extensões de terras, foram determinantes para o processo de escravidão no Brasil, tendo em vista a organização da posse da terra em latifúndios, uma vez que para serem exploradas necessitavam de número expressivo de trabalhadores, configurando-se o latifúndio escravista.

Desse modo, de acordo com Moreira (1990), nesse período a proporcionalidade de terras por proprietário era determinada pelo número de escravos que cada senhor detinha sob domínio, condição essa que manteve o acesso à terra restrito a apenas uma parte da população, os donos do capital. A concentração manteve-se como condição inclusive garantida pela institucionalização da “Lei de Terras” que foi criada em 1850, e condicionava que as terras só poderiam ser apropriadas por meio da relação de compra e venda, reforçando, assim, os elementos de concentração.

Como neste período os imigrantes europeus passaram a ser incentivados a virem para o Brasil, o valor obtido pelo Estado nas negociações foi investido no financiamento das viagens de migrantes europeus, os quais aqui se tornaram mão-de-obra nas fazendas, principalmente, plantações de café.

A “Lei de Terras” condicionou que a posse da terra só poderia ser obtida através da compra e venda, transformando a terra em mercadoria e garantindo a posse aos antigos latifundiários. Pois com a proibição do tráfico negreiro e a abolição da escravidão, os então ex-escravos, bem como os estrangeiros, não teriam condições para se tornarem proprietários de terras, haja visto não terem recursos para comprar o direito de posse. Nesse sentido, para Silva (2007) a “Lei de Terras” teve dois objetivos: dificultar o acesso à propriedade da terra e criar um mercado de trabalho livre para substituir a mão-de-obra escrava, pois o fato de os estrangeiros não poderem ser donos de terras fazia com que a única forma de sobrevivência fosse condicionada a prestação de trabalho, na forma livre, mas apenas na condição de trabalhador e não como dono da terra.

Nessa perspectiva para Graziano da Silva (2007, p. 28):

É fácil entender a importância da Lei de Terras de 1850 para a constituição do mercado de trabalho. Enquanto a mão-de-obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de “acesso relativamente livre” (entre aspas porque a propriedade dos escravos e de outros meios de produção aparecia como condição necessária para alguém usufruir a posse de terras). Mas quando a mão-de-obra se torna formalmente livre todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse homem “livre” com terra “livre”, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios.

De forma que “Lei de Terras” escravizando a terra libertou o escravo, passando a explorá-lo em conjunto com mão-de-obra imigrante. Os colonos europeus foram estimulados a virem para o Brasil, no entanto tal vinda era feita por meio de endividamento, assim passaram a ser utilizados/explorados garantindo mão-de-obra no cultivo do café, formando mercado de trabalho para atender a recente necessidade do capital frente à realidade imposta pela Lei Áurea de 13 de maio de 1888, que extinguiu/proibiu o tráfico negreiro. Para Kirdeikas (2003), a formação de um mercado de trabalho foi condição indispensável para o modo capitalista de produção se reproduzir no Brasil, os imigrantes inicialmente substituíram a capacidade produtiva dos ex-escravos, os quais juntamente com os imigrantes europeus não tiveram outra alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra, pois a

liberdade estava instituída, sem no entanto garantir acesso aos meios de produção, como a posse da terra, por exemplo.

O autor Taglietti (2011) esclarece a respeito da formação do mercado de trabalho com o endividamento dos imigrantes europeus, diz que para a época:

(...) pensava-se, então, que as terras públicas seriam vendidas por um preço suficientemente alto que dificultasse a sua compra pelos recém-chegados. Ainda com o dinheiro acumulado pela venda de terras, o governo poderia subsidiar a imigração, trazendo europeus para o Brasil, em substituição aos escravos nas fazendas. Assim, o problema da força de trabalho seria resolvido.

Diante de tal cenário é possível aferir a importância da “Lei de Terras” para controlar o acesso e a posse de terras, pois a partir de então só poderia ter a posse quem tivesse condições de comprá-la, ou seja, somente os donos do capital, a elite, isso foi uma grande estratégia para continuar com a concentração fundiária e também para obter mão-de-obra agora no trabalho livre, mas de certa forma ainda um pouco escravo, pois os imigrantes já vinham para cá com a dívida garantida por meio da viagem custeada pelo governo, onde o pagamento estava condicionado à realização de seu trabalho. Garantindo assim oferta de mão-de-obra a baixo custo.

São essas as condições em que se forma no Brasil uma elite inicialmente agrária e a classe dos trabalhadores expropriados dos meios de produção, configurando assim muita terra nas mãos de poucos. Nesse sentido compreendemos que a discussão da questão agrária está relacionada aos problemas existentes nas relações de produção, que dizem respeito a como e de que forma produzir, e por isso envolve o nível de renda, emprego e produtividade das pessoas ocupadas no campo. De modo geral, com a concentração da propriedade da terra, concentram-se também os lucros devido ao fato de que o trabalhador assalariado recebe apenas uma parcela, na forma de salário, do lucro produzido pelo seu trabalho. Enquanto que o dono dos meios de produção recebe o lucro em proporções maiores e ainda mantém a renda na forma da propriedade da terra.

Graziano da Silva (2007, p.11) esclarece sobre a diferença entre questão agrária e questão agrícola:

Em poucas palavras, a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz.

À medida que se desenvolve o processo de mecanização da produção agropecuária no Brasil, a população rural sofre impactos negativos sobre o seu nível de renda e de emprego, porque são introduzidas técnicas e maquinários na produção com o objetivo de aumentar a produtividade. No entanto, a produção mecanizada diminui a participação humana no processo produtivo, reduzindo, assim, o número de trabalhadores que, conseqüentemente, são pressionados a buscarem ocupação no espaço urbano. Todavia, ao saírem do campo e irem para a cidade em busca de melhores condições, acabam enfrentando problemas, pois não são todos que conseguem emprego no mercado de trabalho urbano, e assim o acesso ao mercado de consumo passa a ser restrito já que, ao enfrentar problemas relacionados à falta de renda, outras dificuldades se instalam, agravando as condições de não inserção. Na medida em que não conseguem rendimentos passam a buscar formas de economizar. E assim, no espaço urbano por não ter condições de sustentarem o padrão de moradia em busca de moradias de menor custo, passam a viver em lugares/bairros mais afastados. Contudo, esse afastamento pode significar a perda de direitos à medida que é colocada a margem da sociedade e passam a invadir e ocupar terrenos de forma irregular (sem a posse).

Por conta da irregularidade formam-se favelas, sem infraestrutura e saneamento básico, o que acaba contribuindo também para o aumento da violência urbana a partir da marginalização vivenciada pelo não acesso ao mercado de trabalho cada vez mais técnico e disputado, elementos tais que estão relacionados à questão agrária do país, mas que não é nosso objetivo discutir/tratar teoricamente nesse trabalho.

De acordo com Pereira (2000), a estrutura fundiária no Brasil desde o início foi voltada para a exportação de produtos como, por exemplo, o açúcar e o café, onde a estrutura de produção era baseada na grande propriedade, a riqueza gerada nas lavouras de cana e engenhos de açúcar, nas plantações de café, concentrava-se nas mãos de uma minoria, enquanto a maioria dos pequenos proprietários sobrevivia em condições precárias.

A posse da terra era forma de poder político e econômico, assim a elite brasileira garantiu dificuldades para impedir o acesso às terras aos imigrantes e negros, os quais foram condicionados a venda da força de trabalho.

A forma como se desenvolveu o capitalismo no campo no Brasil transformou a agricultura para atender a lógica capitalista com tendência para a concentração da propriedade das terras e dos meios de produção. Assim o processo de modernização do campo contribuiu para o aumento na produção agrícola, acentuando a exportação e contribuindo para o crescimento da economia nacional, bem como o fortalecimento da classe trabalhadora do país

excluindo os pequenos produtores rurais que possuem pequenos estabelecimentos para a produção de subsistência.

De acordo com Teixeira (2005, p. 8):

O quadro que se forma no campo brasileiro é de uma estrutura fundiária altamente pautada na concentração de terras nas mãos de uma minoria, com uma produção voltada para a exportação e para servir como matéria-prima para as indústrias, com crescente diminuição na produção de alimentos para o mercado interno e marginalização dos pequenos produtores rurais.

De acordo com a autora Lebsa (2011) entre os anos de 1964-1985 (Regime Militar no Brasil), a política ditatorial permitiu aos militares favorecer o fortalecimento do latifúndio nacional através de políticas agrícolas onde grandes empresas pecuaristas se apoderaram de terras e exploraram livremente o trabalhador rural. As principais ações no período colocaram a disposição dos grandes produtores rurais dinheiro fácil através de mecanismos bancários e financeiros voltados para a agricultura, favorecendo aos grandes produtores, reforçando assim a concentração de poder econômico aos produtores que fortaleceram a papel agrário-exportador do Brasil ao voltarem seus investimentos em monoculturas destinadas a atender o mercado externo.

O Estatuto da Terra foi promulgado pelo Governo Militar com o objetivo de abafar as reivindicações dos movimentos de trabalhadores rurais, especialmente a Liga Camponesa, pois durante esse período começou a se intensificar no Brasil as tensões e conflitos no campo, em consequência do descaso por parte do governo em relação à questão agrária, existia um grande contingente de terras de posse dos latifundiários, e uma grande parcela de trabalhadores rurais impossibilitados de trabalhar na terra. Tendo em vista que a “Lei de Terras” era muito discriminatória, pois beneficiava apenas os grandes proprietários. Assim, na década de 1960 acumulavam-se os problemas sociais no campo, os movimentos tornaram-se mais fortes, exigiam uma reforma agrária imediata, foi quando se desenvolveu a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTABS), que tinha como finalidade coordenar as associações camponesas então existentes, várias formas de organização camponesa passaram a sentir a necessidade de uma articulação nacional que representasse seus interesses.

O autor Oliveira (2009, p.17) esclarece sobre o Estatuto da Terra dizendo “que era uma espécie de bandeira militar levada ao campo em luta para, através da guerra impor a “paz na terra” (...) os militares não permitiram sequer que o Estatuto se tornasse plano”.

Em 1963 os trabalhadores rurais uniram-se para a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que se tornou a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional legalmente reconhecida que defendia o direito da classe camponesa.

Segundo Lebsa (2011), o Estatuto da Terra, criado em 1964, atribui ao Estado a obrigação de garantir o direito ao acesso a terra para quem nela vive e trabalha, no entanto a autora afirma que o Estatuto só foi acionado nos casos de conflitos entre os camponeses e latifundiários ou de grave tensão social, agravando a concentração fundiária.

Outro importante fator relativo ao empoderamento e fortalecimento da oligarquia agrária no Brasil é atribuído à união de interesses desses com a burguesia industrial, o que promoveu a industrialização do campo, como forma de resolver o atraso a ele atribuído, preocupação que se justificava, pois as condições de atraso do campo eram consideradas impedimento ao crescimento da indústria. Deste modo, iniciou-se o processo de industrialização com um modelo que introduziu técnicas de produção no campo com o objetivo de se obter o maior aproveitamento e produtividade da terra, com isso houve a mecanização do campo, onde muitos trabalhadores foram substituídos por máquinas e consequentemente os pequenos camponeses pressionados pelo sistema imposto que acabou resultando num processo de êxodo rural, com a saída da população rural em direção ao espaço urbano.

Essa revolução no campo com a incorporação de tecnologias à atividade rural deu origem ao êxodo rural que, como já mencionamos anteriormente, desencadeou problemas socioeconômicos, sobretudo no espaço urbano, pois com a expulsão dos trabalhadores do campo, eles são obrigados a ir para as cidades promovendo um processo de favelamento do contingente populacional não absorvido pela indústria urbana, pois muitas vezes não conseguem emprego, agravando assim os problemas sociais.

As injustiças ocorridas no campo brasileiro se refletiram no aumento dos conflitos no campo, assim o descaso do Estado em relação às condições de vida dos trabalhadores rurais, teve como reação a organização desses na luta pela terra e reforma agrária.

No início da década de 1960 também começaram a se formar no campo as militâncias políticas dos trabalhadores rurais, movimentos sociais e as ligas camponesas que contestavam a desigualdade social e a concentração fundiária ao reivindicarem a reforma agrária.

Com o fim do período da ditadura militar (1964-1985), pretendia-se que a Reforma Agrária fosse realizada, pois o governo volta a ser democrático, foi então que os

movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começaram a se fortalecer e pressionar a Reforma Agrária até então pretendida pelos movimentos sociais. Ao discutirem o papel e a história dos movimentos sociais no campo, Pereira & Luceiro (2000) relatam que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil nasceu das lutas que os trabalhadores rurais foram desenvolvendo em 1970 na região sul, e assim se auto-declarou para conquistar os seguintes objetivos: uma melhor distribuição da terra; a reforma agrária e uma sociedade mais justa. Deste modo questionando o modelo em vigor.

Como já indicamos, a década de 1970 foi marcada pela aceleração do desenvolvimento urbano/industrial, e nesse sentido a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia como foi profundamente alterada em sua base produtiva. De forma que no Governo do Presidente Médici (1969-1974) houve o lançamento de vários Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, entre eles o Programa de Integração Nacional - PIN, que era baseado em projetos de colonização em torno de agrovilas, tinha como objetivo desenvolver um grande programa de colonização dirigida concentrando assim trabalhadores sem terras de diversos pontos do Brasil.

Vale destacar que em maio de 1985 no mandato do então Presidente José Sarney (1985-1990) o governo apresentou a proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que tinha como objetivo a mudança da estrutura fundiária do país, pretendendo assim redistribuir a terra e eliminar o latifúndio, porém como afirma o autor Miralha (2006) esse plano ficou só no papel porque as forças contrárias à reforma agrária eram maiores.

Durante o mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002), foram criados vários programas de apoio à agricultura familiar e a reforma agrária, tendo em vista a forte pressão dos trabalhadores rurais, assim o governo se viu obrigado a tomar algumas medidas com relação à questão agrária e fundiária no campo brasileiro.

Entre os programas implantados podemos destacar o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA), que oferecia apoio financeiro para os assentados e suporte técnico para a produção.

Também foi lançado o Projeto EMANCIPAR que tinha como objetivo emancipar o maior número possível dos antigos projetos de colonização. O Projeto Cédula da Terra que foi implantado com o apoio do Banco Mundial, em novembro de 1997, um novo modelo de política fundiária baseado em carta de crédito, onde um grupo de agricultores identificava a

área que deseja e apresentava a unidade técnica de estudo, se aprovado o grupo receberia o financiamento para a compra da terra, e teria 20 anos para pagar o empréstimo.

Outro programa implantado pelo governo foi o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que forneceu crédito aos pequenos agricultores organizados em associações ou cooperativas. Os municípios para serem contemplados com o programa precisam elaborar um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR) através do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

De acordo com a autora Lebsa (2011) “ao longo da história brasileira a questão agrária perpassou por diferentes enfrentamentos, porém continua sendo um problema que transcende o campo invade as cidades que assume contornos econômicos, políticos e sociais”, pois os programas de assentamentos não dão condições para permanecer na terra e são lançados programas que não são postos em prática.

Segundo Sabourin (2008), durante o governo do Presidente Luiz Inácio da Silva (2003-2006/2007-2010) “(...) existiu um avanço no que se refere a parte de orçamento do INCRA, dedicada a educação ao crédito e assistência técnica, no entanto os financiamentos para o apoio direto as famílias, são inferiores as previsão do plano de reforma do governo.”

A realização da reforma agrária no Brasil é lenta e enfrenta várias barreiras, entre elas podemos destacar a resistência dos grandes proprietários rurais (latifundiários), de maneira que os trabalhadores rurais ficam anos esperando pela desapropriação das terras, e os grandes proprietários resistem elementos que se agravam na forma de conflitos. Existem muitos trabalhadores rurais querendo trabalhar e assim produzir nessas terras, as quais, em sua maioria, são requeridas por se apresentarem como não exploradas, servindo apenas para especulação.

Buainain (2003, p.14) afirma que no Brasil a concentração da propriedade da terra continua marcante no meio rural, se caracterizando como o maior problema para o enfrentamento da questão agrária. O autor ressalta que o processo de modernização do campo acabou gerando impactos negativos sobre a agricultura familiar, o que contribuiu para agravar as tensões sociais no campo e nas cidades, pois o Brasil possui uma desigualdade na distribuição da renda, assim indica que a reforma agrária poderia ser um instrumento para reduzir a pobreza rural e também criar condições para o desenvolvimento e permanência das pessoas ocupadas no campo gerando qualidade de vida e oportunidade de geração de renda.

Nessa perspectiva Miralha (2006) discute a importância social dos assentamentos rurais, pois segundo ele, os assentamentos representam a possibilidade de inclusão social e melhoria de vida para as famílias, ressaltando que nem sempre isso ocorre porém muitas

vezes são excluídas do mercado de trabalho e também impedidas de terem acesso a terra, transformando assim os “excluídos” em sujeitos políticos, pois o acesso à terra combinado com políticas e programas que visem à permanência das pessoas ocupadas no campo oferece uma melhor qualidade de vida dessas pessoas e também a possibilidade de geração de renda.

1.1. A ocupação e produção do Centro-Oeste Brasileiro: Reflexos das políticas de planejamento Estatal.

Podemos compreender que a questão agrária brasileira é fruto do avanço das técnicas capitalistas no campo e das políticas desenvolvidas para a expansão do capitalismo e modernização da agricultura visto que o Governo teve participação direta nesse processo, principalmente na região Centro-Oeste, destacando o estado de Mato Grosso do Sul que teve sua ocupação/povoamento e desenvolvimento incentivado pelo Governo Federal que precisava integrar essa área até então inexplorada às demais regiões desenvolvidas como, por exemplo, a região sudeste. Assim, o Estado promoveu a colonização interna do país e expandiu as fronteiras agrícolas, incorporando assim os espaços “vazios” ao processo produtivo.

Tendo em vista que a concentração da posse da terra tem suas raízes profundas e vem de longa data, resultado do tipo ocupação e colonização do território brasileiro, consequência da política de ocupação e apropriação concentrada da terra promovida pelo Estado. Fabrine (1996) afirma que, com relação ao Mato Grosso do Sul, a estrutura fundiária se perpetuou concentrada assim como em todo o país. Para o autor, no território do Mato Grosso do Sul, o Estado promoveu a transferência de grandes áreas de terras públicas para particulares, tornando-os proprietários fundiários das referidas áreas.

Segundo Zamberlam (2010), o processo de ocupação da região Centro-Oeste foi impulsionado diretamente pelas políticas e ações do governo. A ocupação do Centro-Oeste teve início no final do século XVII com a descoberta de ouro, muitas pessoas foram atraídas para a região. Ainda de acordo com o autor, no final do século XVIII ocorreu o esgotamento das jazidas de ouro, diminuindo o fluxo migratório.

Nesse sentido a CIA Mate Laranjeira teve papel importante no processo de ocupação do estado de Mato Grosso do Sul, pois ela exercia o monopólio da exploração da erva mate na região e não permitia o desenvolvimento da pequena propriedade rural. Mesmo que com caráter concentrador a CIA Mate Laranjeira, com a exploração dos ervais, foi

responsável pela ocupação da região sul do então estado de Mato Grosso, de modo que as relações socioeconômicas permitiram a formação de cidades durante a extração da erva mate, como por exemplo, Ponta Porã, Rio Brillhante, Caarapó, Porto Murtinho, Iguatemi e Tacuru. Segundo Ademir Terra (2009), a Cia Mate Laranjeira atuou em Mato Grosso do Sul no período de 1882 a 1924. A figura 01 abaixo mostra o território controlado pela Cia Mate Laranjeira durante esse período:

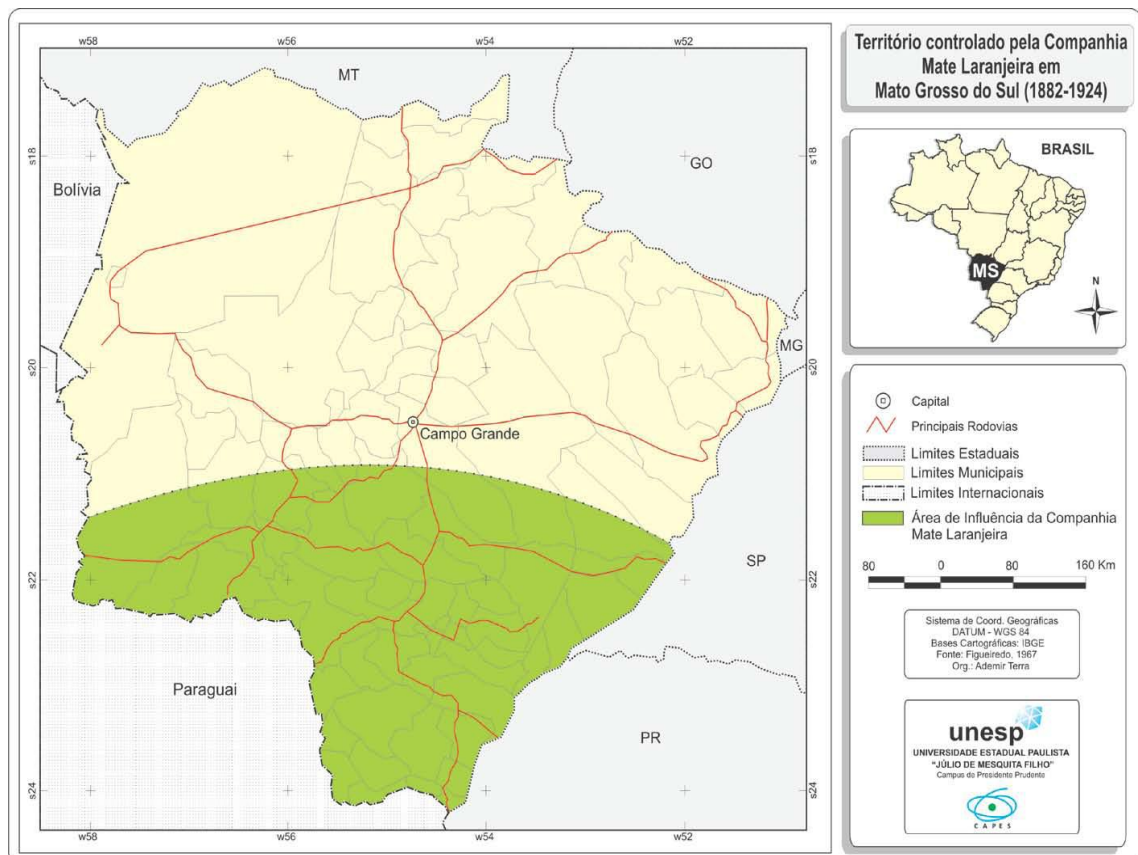


Figura 1: Território Controlado pela Companhia Mate Laranjeira em Mato Grosso do Sul (1882-1924)
Fonte: TERRA (2009).

Outro momento de ocupação da região foi resultante de ações por parte do Estado, que a partir da década de 1930 incentivou o povoamento do Centro-Oeste, através da chamada “Marcha para o Oeste”, no governo Getúlio Vargas (1930-1945), que tinha como objetivo incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste. Para tal finalidade foram criados dois projetos de colonização: Colônia Agrícola Nacional de Goiás, na cidade de Ceres-GO e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados-MS “CAND”, sendo que esta contribuiu para a expansão da atividade agrícola na região em que está inserido o atual município de Dourados-MS, que até então era pecuarista-extrativista. Com a CAND houve a atração de grande contingente de migrantes interessados em produzir arroz, feijão entre outros produtos.

A CAND foi fundada em 1943, mas sua implementação legal só ocorreu em 1948, a divisão das terras consistia na doação de lotes, aos cidadãos brasileiros maiores de 18 anos, reconhecidamente pobres e aptos a trabalhos agrícolas. A CAND assim provocou imensa migração para a região, disponibilizando por meio dos colonos mão-de-obra, a qual acabou atendendo o mercado regional, formado posteriormente com o desenvolvimento de atividades agrícolas.

Segundo Mizusaki (2009), a questão agrária em Mato Grosso do Sul não pode ser analisada somente sob o ponto de vista da modernização da agricultura, pois envolve a questão agrícola que diz respeito às mudanças na produção.

No ano de 1937 iniciou-se o Estado Novo, que objetivava uma política de nacionalização das terras, onde foram criados programas e medidas que se tornaram responsáveis pela configuração do território do atual estado de Mato Grosso do Sul, entre essas medidas, Mizusaki cita a criação do território de Ponta Porã e a criação da CAND.

A partir do ano de 1950 durante a chamada “Marcha para o Oeste” empresas privadas começaram a atuar no atual território de Mato Grosso do Sul, entre elas a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, Companhia Moura Andrade e Companhia Melhoramentos e Colonização S.A. (SOMECO) que então vendiam lotes de terras a colonos que vinham principalmente da região sul e sudeste que foram atraídos pelo baixo valor das terras.

O processo de ocupação do território do estado de Mato Grosso do Sul contribuiu para a expansão da atividade agropecuária que assim foi se constituindo um espaço econômico e recebia recursos para a agricultura.

A partir de 1950 começou a se desenvolver no campo do sul do estado, principalmente nas áreas de mata, uma pecuária melhorada, fator que contribuiu para a formação de grandes extensões de terra. Desse modo, as áreas de mata foram sendo ocupadas por grandes fazendas de criação de gado e por produtores dos projetos de colonização públicos, no caso da CAND, e privados, no caso das Companhias de Colonização.

A partir da década de 1960 começaram a se desenvolver um novo modo de produzir no campo, os grãos produzidos passam a ter o preço conforme seu custo de produção em nível mundial, atraindo assim, interesses para organizar os espaços e atender a demanda do mercado internacional.

As alterações no modo de produzir e organizar a produção agrícola provocou uma nova organização do território sul mato grossense, essas eram as condições determinadas pelos interesses do Governo e dos grupos capitalistas.

Foram criados diversos programas e políticas que visavam o desenvolvimento da região, porém beneficiava apenas uma minoria, o que contribuiu para o enfraquecimento das atividades de produção familiar (pequenos produtores) e fortalecer a concentração fundiária, assim a pequena produção familiar com técnicas produtivas simples vai cedendo lugar a um padrão produtivo em alta escala, que visa o mercado externo com alto padrão técnico.

Segundo Ponciano (2001), durante a década de 1960 desenvolveu-se no Brasil a política “estadonovista” que sugere um Brasil novo, com novos valores, com o objetivo de propiciar uma identidade à sociedade brasileira, por isso o governo começou a investir na ocupação e desenvolvimento das áreas desabitadas com o objetivo de fortalecer a economia nacional. Assim, ainda nessa perspectiva, para Lima & Abreu (2005) tais políticas foram planejadas com propostas de garantir a ocupação de um “vazio” demográfico, assegurar fronteiras e atender a necessidade de um mercado fornecedor para a região sudeste brasileira que já se configurava como a região mais desenvolvida industrialmente.

Para Zamberlam (2010), a falta de programas específicos e incentivos até a década de 1960 estava impedindo o desenvolvimento agrícola da região. Somente a partir da década de 1960 e 1970 que o Governo Federal elaborou políticas e programas direcionados para o Centro-Oeste que tinha como objetivo o desenvolvimento e ocupação da região, que era tida como vazio demográfico. Compreendemos que foi nesse período que a região Centro-Oeste sofreu maior interferência do Estado para sua ocupação e desenvolvimento econômico, pois como relata o autor (idem, p, 3-4) “a ocupação e formação da região Centro-Oeste, que devido a sua posição privilegiada de proximidade dos grandes centros consumidores, tem suas bases fincadas nas políticas e ações do governo que se propunha a promover o desenvolvimento regional”.

Em 1967 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), que tinha como principais funções realizar pesquisas para conhecer a região e suas potencialidades econômicas. Era o órgão de planejamento oficial para a região Centro-Oeste, a SUDECO foi extinta em 1990 no governo do Presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), só agora recentemente em 2011 a lei complementar encaminhada ao Congresso Nacional em 07 de junho de 2004 foi aprovada e a SUDECO foi reativada.

Segundo Abreu (2001, p.20) entre as ações desenvolvidas pela SUDECO podemos citar:

(...) a divisão de Mato Grosso, a modernização da agricultura e ocupação dos cerrados pela monocultura da soja, a implantação de distritos industriais nos municípios da Corumbá, Cuiabá, Campo Grande e Dourados, todas essas 29 ações foram realizadas em diferentes momentos e cujos estudos foram realizados dentro da SUDECO.

O primeiro plano elaborado pela SUDECO foi o Plano de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (PLADESCO), que estabeleceu como objetivos: elevar a participação do produto regional e elevar a participação da indústria na formação do Produto Regional Bruto (PRB), também visava à ampliação do mercado nacional para o consumo dos produtos que a indústria estava produzindo, além de oferecer infraestrutura, incentivos fiscais e financiamentos a juros baixos e sem riscos.

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) foi formulado pela SUDECO, a partir das diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento Agrário (PNDA), tinha como estratégia incorporar a região Centro-Oeste dentre as áreas que deveriam receber investimentos, o que foi fundamental para impulsionar a inserção do cerrado nas áreas produtivas e também para o desenvolvimento agrícola da região. Através desse programa foram ofertados estímulos em forma de financiamentos aos produtores rurais para investirem em tecnologias, com a finalidade de proporcionar a extensão da lavoura e da pecuária extensiva.

O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o desenvolvimento dos Cerrados (PRODOCER) também foi muito importante, criado em 1979 e fazia parte do II PNDA, era financiado pela Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (JICA), governo brasileiro e iniciativa privada, o objetivo desse programa era transformar o cerrado num grande produtor de grãos como, por exemplo, a soja, tendo em vista a dependência do Japão em relação a esse produto. (INOCENCIO E CALAÇA, 2006)

A SUDECO proporcionou, nesse sentido, o desenvolvimento da região, principalmente da região hoje denominada Grande Dourados, que é um dos principais pólos econômicos do estado, cuja economia esta vinculada principalmente à agroindústria.

Através desses programas o Governo oferecia incentivos e subsídios para os produtores rurais. O que resultou na alteração e transformação da paisagem do cerrado em celeiro de grãos, o que atraiu agricultores de outras regiões, como por exemplo, os sulistas. 30

A estratégia era a ampliação do mercado nacional e de exportação, dentro dessa perspectiva o Centro-Oeste despertava interesse porque era uma alternativa para a produção de alimentos e matérias primas para a exportação.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) também teve participação para o desenvolvimento econômico da região. Foi criada em 1973 e desenvolveu tecnologias para atender a realidade do cerrado, principalmente com a criação do Centro de Pesquisas do Cerrado – CPAC em 1975 que teve por objetivo promover e transferir o conhecimento e desenvolver tecnologias para o desenvolvimento sustentado da região do Cerrado.

Com o desenvolvimento do capitalismo e o domínio tecnológico no campo o Cerrado foi inserido no cenário econômico despertando o interesse dos agroexportadores por suas terras que eram vistas antes como improdutivas. Foi então que começou a ser ocupado e povoado, e se transformou em grande produtor de grãos principalmente de soja e milho, também tem destaque a cana-de-açúcar e pecuária bovina.

A construção da Ferrovia Noroeste do Brasil teve um importante papel para consolidar a agropecuária no Mato Grosso do Sul, contribuiu para o re-ordenamento regional, essa ferrovia ligava o sul de Mato Grosso a São Paulo e atraiu vários imigrantes.

Percebemos que ocorreram várias transformações no modo de produzir na agropecuária do estado de Mato Grosso do Sul. Nessa perspectiva, Mizusaki (2009) esclarece que não podemos analisar a questão agrária somente sobre o aspecto da modernização ocorrida no campo, que foi incentivada pelo Estado para atender aos interesses do capitalismo como já explicamos, nesse sentido a autora destaca a necessidade de se levar em consideração outras dimensões como, por exemplo, o desmatamento, onde a paisagem natural do bioma predominante no Mato Grosso do Sul, o cerrado, vem sendo ameaçado e substituído por grandes plantações de soja, milho, o desenvolvimento das relações capitalistas no campo causou a expropriação dos trabalhadores rurais, e não podemos esquecer também das lutas travadas no campo e também pelos indígenas em defesa de seu território.

CAPÍTULO II

Organização dos Trabalhadores Rurais no Território de Mato Grosso do Sul

No estado de Mato Grosso do Sul as tensões no campo surgiram a partir do final do ano de 1970 e início de 1980, envolvendo grandes proprietários de terra e os arrendatários. Nesse sentido, de acordo com Ademir Terra (2009), apud Souza (1992):

“(…) a luta dos sem-terra em Mato Grosso do Sul teve seu início em 1979, com a iniciativa isolada do movimento dos arrendatários das fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, em Naviraí, no sul do estado, quando o advogado Joaquim das Neves Norte moveu uma ação em nome dos arrendatários que reivindicavam o direito de permanência nas propriedades por mais três anos, em virtude de irregularidades existentes no primeiro contrato de arrendamento, que em desacordo com a legislação vigente, haviam sido firmados para um período de apenas dois anos.”

No entanto Terra, ressalva que

“Sem querer desconsiderar os diferentes momentos e as diversas formas de luta empreendidas pelos trabalhadores rurais ao longo da história do Mato Grosso do Sul, pontuamos como marco da luta organizada pela terra, o final de abril de 1984, quando os trabalhadores ocupam a Gleba Santa Idalina, pertencente à Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO), localizada no município de Ivinhema, “fato que abalou parte da estrutura do poder do estado pela forma organizada e resoluta com que se processou” (SOUZA 1992, p.31). Esse acontecimento causou perplexidade na elite estadual que, até então, considerava os trabalhadores rurais conservadores, incultos, acomodados e incapazes de se organizar.” (grifo nosso)

Para o autor “o início da implantação de projetos de assentamentos em Mato Grosso do Sul ocorreu em 1984, como resultado da efervescência do período marcado pela chamada transição democrática e com o ressurgimento dos movimentos sociais que foram sufocados durante regime militar.”

Discutir a reforma agrária não é somente falar sobre a distribuição de terras, mas também discutir sobre produção e qualidade de vida dos assentados, desenvolver políticas e ações que visem orientar essas pessoas para que possam produzir, gerar renda e ter acesso aos seus direitos, questões ligadas ao desenvolvimento territorial, que significa melhor utilização possível em termos de bem estar social da população.

Entra em questão também o desenvolvimento rural que implica em transformações em um espaço rural, e melhoria na qualidade de vida da população rural. Nesse sentido, segundo Kageyama (2004):

(...) desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável), e que sua trajetória principal possa residir na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade). KAGEYAMA 2004.

Compreendemos nesse sentido que é preciso transformar o acesso a terra em oportunidades de trabalho e novas possibilidades de geração de renda tendo em vista o melhor aproveitamento das potencialidades locais, pois somente o acesso a terra não resolve o problema da desigualdade na concentração de terras ou da pobreza, a área deve ser suficiente para a exploração e para a geração de renda e também é muito importante à disponibilidade de recursos e infraestrutura necessários à atividade de produção. Assim, a reforma agrária exige uma solução muito mais complexa do que simplesmente distribuir pedaços de terra. A conquista de autonomia das famílias perpassa por conseguir possibilitar condições necessárias para que o trabalhador rural possa produzir de forma viável permanecendo no campo com qualidade de vida, e também a oferta de um mercado local para comercializar a produção.

Nesse sentido é que atua a proposta do “Centro de Produção e Capacitação do Cerrado” – CEPPEC¹, no Assentamento Andalucia no município de Nioaque-MS, a qual analisaremos a partir da compreensão de que ações de apoio permitem aos assentados a busca por alternativas frente a necessidade imposta de conquista pela autonomia.

2.1. A Reforma Agrária em Nioaque-MS: Assentamento Andalucia

De acordo com dados levantados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no município de Nioaque existem dez assentamentos são eles: Andalucia, Areias, Boa Esperança, Conceição, Colônia Nova, Guilhermina, Palmeiras, Padroeira do Brasil, Uirapuru e Bálsamo, esse último se encontra na fase de elaboração.

¹ Desenvolvido pela Organização Não Governamental Ecologia e Ação- ECOA.

O assentamento Andalucia localiza-se no município de Nioaque-MS, a 220 km da capital do estado, Campo Grande, possui uma área total de 4.815,11 ha, atualmente com 164 famílias assentadas, a sede do Assentamento está localizada a 20,50 km da BR 419, que liga Nioaque a Anastácio-MS. Ver figura 1.

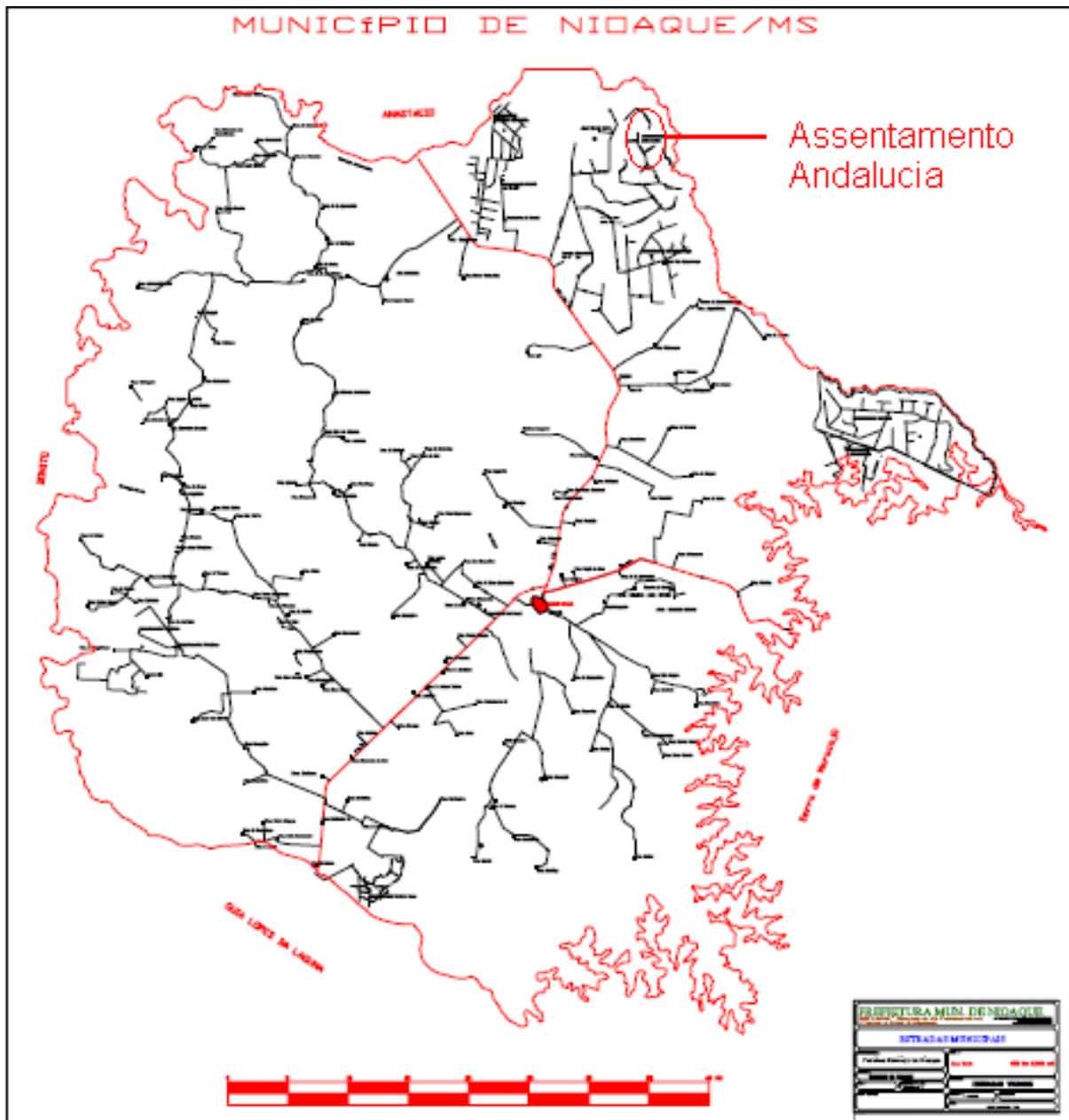


Figura 1 – Localização do Assentamento Andalucia no Município de Nioaque-MS.
 Fonte: SEPLAMA – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente Nioaque-MS.

A fazenda foi considerada improdutiva pelo INCRA em 1993, quando ocorreu a 1ª ocupação, a desapropriação ocorreu em 1993, e em setembro de 1996 foi criado o Projeto

de Assentamento Andalúcia pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Assim o projeto de assentamento foi implantando no mesmo ano com 166 famílias (700 pessoas) vindas de vários estados brasileiros. O projeto de Assentamento Andalúcia originou-se da desapropriação das Fazendas Andalucia e Madalena. Ver figura com o projeto de lotes do Assentamento em anexo.

Segundo relatos dos fundadores do assentamento a invasão da Fazenda Andalucia, de propriedade do Conde Espanhol Rafael se deu por meio da “ocupação” de uma área improdutiva. Assim, a conquista foi realizada com muita resistência de ambas as partes. A primeira etapa de ocupação das terras da antiga fazenda Andalucia ocorreu em 29 de maio de 1993, que foi seguida de 11 despejos, ou seja, eles tentaram ocupar a terra por 11 vezes e foram expulsos só depois da 12ª ocupação definitiva que foi determinada a implantação do Projeto de Assentamento Andalucia pelo INCRA

Todos os anos os assentados realizam uma comemoração pelo aniversário da luta e conquista pela terra sempre realizada sobre a liderança da Associação dos Moradores do Assentamento Andalucia, Associação Marçal de Souza. Nesta data os assentados relembram os sofridos momentos e sua persistência pela conquista da terra, além das dificuldades enfrentadas. No que diz respeito ao ano de 2011, a realização foi organizada pelo CEPPEC em comemoração aos 18 anos, ocasião em que foram expostos os trabalhos do “Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado” em especial o trabalho das artesãs. Foto 01



Foto 1- Tapete de fibras vegetais (milho, bananeira) e barbante.
Fonte: Pesquisa de Campo
Autora: Gomez, D. 2011

CAPÍTULO III

O Papel do Projeto CEPPEC no Assentamento Andalucia

O “Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado” no Assentamento Andalucia, tem se apresentado como alternativa para geração de renda dos pequenos produtores, haja visto que a capacitação está presente na proposta inicial do CEPPEC, onde o mesmo se coloca com a finalidade de capacitar a comunidade para que encontrem formas de produção sem degradar o ecossistema/bioma do cerrado.

De acordo com dados levantados no INCRA, no município de Nioaque existem dez assentamentos, são eles: Andalucia, Areias, Boa Esperança, Conceição, Colônia Nova, Guilhermina, Palmeras, Padroeira do Brasil, Uirapuru e Bálsamo, sendo que este último encontra-se na fase de elaboração.

De acordo com o Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural de Nioaque-MS, o Sr. Luiz Fina existem unidades escolares em todos os assentamentos, onde é oferecido o Ensino Fundamental em função da quantidade de alunos. No entanto, o Ensino Médio não é oferecido em todos os assentamentos por causa da baixa demanda e, assim, quando necessário, os alunos são transportados para o assentamento mais próximo onde são oferecidas as aulas.

Também existe unidade de Posto de saúde que é de acordo com o número de famílias e necessidade de atendimento dos assentados.

Existe um programa chamado Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRODAF) que oferece apoio técnico para garantir a produção de subsistência.

Com relação ao Assentamento Andalucia, o mesmo se destaca frente aos demais, pois o CEPPEC tem desenvolvido ações desde 1996, beneficiando algumas famílias através de cursos de capacitação de mão de obra. A proposta do CEPPEC no Andalucia está relacionada ao uso sustentável dos recursos naturais do cerrado, de forma que o projeto se coloca como alternativa de desenvolvimento e geração de renda para as famílias assentadas, deste modo influenciando diretamente no desenvolvimento socioeconômico do município de Nioaque-MS, haja visto os reflexos na geração de renda.

O CEPPEC no Assentamento Andalucia como já foi dito tem capacitado um grupo de agricultores (as), devido a preocupação desses criar/buscar alternativas onde se possa explorar o Cerrado que é o bioma predominante da região rico em biodiversidade com várias espécies endêmicas, que vem sendo ameaçado pelo avanço do modelo agropecuário

latifundiário e extensivo. A destruição do bioma regional é resultante do fato que durante muito tempo o cerrado foi considerado um grande “sertão”, de forma que para o censo comum o cerrado é representação de um local atrasado e sem perspectivas. Desse modo, vale destacar que foi com o avanço da fronteira agrícola que se iniciou todo o processo de ocupação/povoamento e modernização da região, o que ocorreu de forma não planejada, pois a modernização agrícola se deu sem limites e a vegetação foi drasticamente modificada descaracterizando o bioma, num processo onde árvores tortas passaram a dar lugar a soja, algodão, cana de açúcar, eucalipto e pastagens. Atualmente existem poucas propostas de conservação do cerrado, uma delas é o CEPPEC que valoriza e incentiva a produção familiar extrativista como forma de conservação e uso sustentável dos frutos do cerrado. A proposta do CEPPEC é explorar sem agredir, ou seja, o desenvolvimento estimulando e valorizando o uso sustentável da biodiversidade do cerrado. Dentre os objetivos do CEPPEC há propostas de valorizar e fortalecer a cultura local, assim contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos. Nessa perspectiva nos propomos analisar o desenvolvimento do projeto CEPPEC no assentamento Andalucia. A sede do CEPPEC está localizada no Assentamento Andalucia no município de Nioaque-MS, mas atende a todos os assentamentos que fazem parte do território da reforma agrária. No Assentamento Andalucia 46 famílias participam do CEPPEC, desenvolve ações na área de turismo rural para isso conta com o apoio de Programa de Pequenos Projetos (PPP), do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), conta com a parceria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural (IDATERRA) de Nioaque-MS e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Dentre as atividades desenvolvidas pelo CEPPEC, muitas visam o extrativismo, aproveitando as espécies nativas², das quais se extraem o carvão, ou ainda a polpa, que é utilizada na fabricação da ração animal (suplemento), e no caso das castanhas, são processadas e servidas como aperitivos ou ainda utilizadas na forma de farinha em bolos, biscoitos e outros alimentos. No caso do pequi, é extraído o óleo, a castanha e a polpa. Já o jatobá, a tinta é utilizada como corante natural, por exemplo. O fato é que os elementos do bioma do Cerrado são bastante diversificados, podendo ser utilizados como remédios naturais. Nessa perspectiva, o CEPPEC viabiliza a qualificação de mulheres do campo aproveitando o

² Cumbaru, Pequi, Jatobá e Bacaiúva.

seu conhecimento, tendo em vista o registro de que muitas delas criaram seus filhos com mingau de farinha de jatobá.

Quanto às ações promovidas pelo CEPPEC, identificamos que estão organizadas em 03 eixos: Tecelagem, Extrativismo e Turismo Rural. A oficina de Tecelagem foi instalada dentro do assentamento Andalucia no núcleo de capacitação e produção e funciona com a participação de 8 tecelãs do assentamento que receberam instruções, porque antes não conheciam a arte de tecer e hoje estão capacitando outros grupos, usando recursos naturais do cerrado de forma sustentável, ou seja, de forma a produzir sem degradação, preocupando-se em manter o bioma para ter continuidade de atividades produtivas no futuro. No que diz respeito aos produtos artesanais a produção é feita a partir das fibras de bananeira, palha de milho, palha de arroz, palmeiras, taboa e fios de anafãia subproduto do bicho da seda e lã de carneiro, e também sementes de espécies nativas do cerrado usadas para decorar as peças.

No eixo relativo ao extrativismo, os moradores do assentamento recebem capacitação referente ao aproveitamento das espécies nativas, assim aprendem a coletar sementes, produzir e plantar mudas nativas através de cursos de gestão, mapeamento quantitativo das espécies frutíferas e demais recursos naturais. Nesse sentido, com as sementes do jatobá, por exemplo, são feitos farinha, biscoitos e bolo, além de uso em peças decorativas, onde as sementes transformam-se em botões de bolsas e detalhes de tapetes. Do cumbaru produzem hoje amêndoas, doces e biscoitos, do pequi é feito licor e alimentos diversos. As mulheres da comunidade realizam cursos na área de produção de alimentos na cozinha experimental do centro para desenvolver e testar receitas.

Quanto ao Turismo Rural, as belezas naturais do Assentamento Andalucia passaram a ser exploradas a partir de 2004, quando um grupo de 15 moradores/assentados participou do curso de capacitação de condutores de visitantes. Hoje o Andalucia já possui uma estrutura física adequada para trabalhar o turismo rural e como consequência do treinamento desde 2005 construíram o alojamento que tem capacidade de receber grupos de visitantes/turistas.

Os condutores de visitas trabalham o turismo que não visa apenas explorar a paisagem da região, mas também apresentar os resultados do projeto, o modo de vida da comunidade e a importância das plantas do cerrado. Ainda vale destacar que o Assentamento Andalucia, por estar localizado nos limites da Serra de Maracaju, possui exuberantes belezas naturais como cachoeiras, rios, serras, rica biodiversidade e ainda a sede da antiga fazenda, uma construção histórica em modelo espanhol. Os visitantes também podem conferir e comprar os produtos feitos pelas artesãs do Projeto CEPPEC.

Observamos por meio de pesquisa de campo que o CEPPEC tem possibilitado a geração de renda para os assentados e também para os demais moradores, visto que no período da colheita dos frutos, há oferta de empregos para a região. Quanto à perspectiva local, observamos que o CEPPEC também conta com o apoio da Prefeitura Municipal de Nioaque-MS através da Secretaria de Desenvolvimento Rural, que desenvolve “Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar” (PRODAF) que oferece apoio técnico para garantir a produção de subsistência voltada para a produção e o comércio, e ainda atua no departamento de comercialização, com a identificação de possíveis mercados consumidores para os produtos dos assentamentos. Através do PRODAF a Prefeitura Municipal tem oferecido o transporte dos produtos dos assentamentos até o mercado.

Através do CEPPEC, as famílias estão diversificando cada vez mais as atividades e agregando novos valores à agricultura familiar, com o extrativismo, artesanato, turismo rural e educação ambiental com práticas de combate aos processos de desertificação e queimadas e recuperação de pastagens e áreas degradadas, com essas ações os assentados conseguem também uma melhoria na qualidade de vida.

O CEPPEC surgiu como um núcleo de capacitação e produção de uma linha socioambiental de produtos do cerrado. A sede do Centro está instalada em uma área coletiva cedida pelo INCRA, que possui uma cozinha experimental e duas salas onde são realizadas oficinas e aulas.

A oficina de tecelagem conta com 8 tecelãs que produzem peças artesanais com o algodão natural e fibras vegetais na produção de bolsas, pastas, manta, cachecol, e aproveitamento de sobras da agricultura (fibra de bananeira, capim de arroz, palha de milho) para a ornamentação de peças artesanais. As tecelãs estiveram presentes em Feiras Nacionais de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, realizada em Brasília. A produção de bolsas, vestidos, jogos de mesa, tapetes, mantas, e marcadores de livros já chegou ao Chile e à Alemanha, graças a ONG ECOA.

Veja as fotos 2 e 3 das tecelãs na Oficina de Tecelagem.



Foto 2 – AS tecelãs na oficina de tecelagem
Fonte: Gomez, D. Pesquisa de Campo 2011.



Foto 3 – As tecelãs na oficina de tecelagem
Fonte: Gomez, D. Pesquisa de Campo 2011.

O extrativismo não abrange somente os frutos, mas também as plantas medicinais encontradas em grandes quantidades nos lotes do Andalúcia, as sementes nativas para a produção e o comercio de mudas nativas.

Em 2004 o CEPPEC contratou uma turismóloga para capacitar 15 moradores em um curso de guia turístico, dando início a história do turismo rural no Assentamento Andalucia, o objetivo era a busca de um novo olhar para o assentamento destacando seus pontos turísticos, como: cachoeiras, rios, serras e uma rica biodiversidade, além da arquitetura da antiga sede da fazenda, onde funciona a escola atraem os turistas.

A antiga sede desperta o interesse e a curiosidade dos visitantes, pois foi construída no modelo colonial espanhol do ano 1930, pelo conde Rafael Gutiérrez, que morou naquelas terras.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) apóia o Programa de Extrativismo Sustentável desenvolvido pelo CEPPEC, o programa prevê assistência técnica e extensão rural especializada, em ênfase no agroextrativismo.

O Centro é uma organização de agricultores familiares da reforma agrária que associa capacitação e produção.

O diferencial deste assentamento e o principal motivo desta pesquisa devem-se ao fato do mesmo não optar somente por trabalhar com a agricultura, mas se especializar através dos interesses dos assentados explorando a matéria-prima oferecida pelo Cerrado transformando-a e comercializando-a.

O Andalucia tem tido a função e ação de conciliar a conservação do meio ambiente com a geração de emprego e renda, sem esquecer-se da valorização da cultura rural.

O uso dos recursos naturais da flora do Cerrado e do assentamento, retirados da natureza de maneira consciente, enriquece ainda mais a produção, as espécies nativas, fibras, sementes, frutas e outras matérias-primas recebem tratamento diferenciado, a questão das queimadas constantes na região do Cerrado, merece atenção especial e os assentados procuram evitar esse procedimento sempre que possível.

O Projeto de Capacitação do Assentamento Andalucia desenvolvido pela ONG – ECOA contou com o apoio financeiro do Programa de Pequenos Projetos (PPP) e Projeto das Nações Unidas (PNUD).

O Projeto CEPPEC conta com o apoio da ONG-ECOIA, que foi criada em 1989 em Campo Grande-MS, por um grupo de pesquisadores de diversas áreas profissionais, com o objetivo de desenvolver projetos e políticas públicas para a conservação ambiental e a sustentabilidade tanto no meio urbano como no rural, tendo o Pantanal e a bacia hidrográfica do Rio da Prata como regiões prioritárias.

A ONG-ECOIA trabalha em parceria com o Assentamento Andalucia desde 1997 quando realizou ações junto com os assentados para manter a área de preservação ambiental, e em 1999 construíram um viveiro de mudas com plantas nativas do cerrado, estas ações foram financiadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) que é um fundo especial de natureza contábil, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que é destinado também para o custeio de financiamento de desenvolvimento econômico.

Um outro projeto que está sendo desenvolvido pelo CEPPEC em parceria com a ONG – Casa Verde³, também tem apoio da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o Projeto Gestão em Rede que tem como objetivo apoiar as ações de desenvolvimento sustentável no estado entre os agricultores familiares extrativistas do Mato Grosso do Sul, através desse projeto que oferece cursos para os pequenos agricultores aperfeiçoarem a comercialização dos produtos produzidos com os frutos do cerrado visando agredir o menos possível o bioma Cerrado, esse projeto visa três ações importantes: formação para melhorar, ou seja, a formação através de cursos técnicos, a segunda ação é de cooperar para crescer onde destacam a importância da criação de cooperativas entre as famílias agroextrativistas e a terceira ação é preservar para garantir o futuro, que visa a preservação do cerrado. Outra iniciativa desse projeto é a criação do Corredor de extrativismo nos 11 municípios que formam o território da reforma são eles: Bodoquena, Bonito, Anastácio, Dois irmãos do Buriti, Terenos, Nioaque, Jardim, Sidrolândia, Maracaju, Guia Lopes da Laguna, Bela Vista que tem como objetivo promover o arranjo produtivo local (APLs) nos municípios da reforma, fortalecendo assim as ações dos agricultores extrativistas, desenvolvendo também estratégias de logísticas para os produtos produzidos e também o corredor do extrativismo vai contribuir para a criação de uma identidade socioambiental aos produtos e serviços das famílias agroextrativistas.

Através do Projeto Gestão em Rede no CEPPEC já aconteceram alguns cursos de formação e capacitação um exemplo é o curso de designer de moda que ocorreu nos dias 23 e 24 de setembro deste ano (2011) no CEPPEC no Assentamento Andalucia, que tem como objetivo qualificar as mulheres e desenvolver uma linha de produtos para compor um catálogo que vai difundir o trabalho das tecelãs, os agricultores familiares também receberam o Oficina de Cooperativismo no CEPPEC.

³ É uma organização não governamental que trabalha desde 2001 pela defesa e valorização da diversidade cultural e ambiental do país.

O CEPPEC conta com uma oficina de tecelagem onde atualmente trabalham 08 mulheres com idade entre 30 a 56 anos, são em sua maioria do estado do Paraná, e quase todas são fundadoras do assentamento e titulares do lote, elas conciliam o trabalho na lavoura com o CEPPEC, onde trabalham com as fibras de bananeira, com o algodão e o barbante, todo o processo é 100% manualmente. Em geral elas chegam a ganhar entre R\$200,00 a R\$400,00 com as peças produzidas, mas depende muito das encomendas, porque geralmente elas vendem as peças em feiras da economia solidária, e também vendem no aeroporto em Campo Grande.

Durante os 05 anos de atuação do CEPPEC no Assentamento Andalucia, as tecelãs já participaram de vários cursos realizados entre os 11 municípios do território da reforma, todos proporcionados pelo CEPPEC, que visa qualificar as mulheres para trabalharem com as fibras e produtos do Cerrado, visando preservar o meio ambiente, Elas consideram muito importante os cursos que são desenvolvidos, pois tem oportunidades de aprenderem cada vez mais como trabalhar, sem contar que é uma alternativa de geração de renda para essas mulheres, que em sua maioria não concluíram o Ensino Médio.

A principal atividade geradora de renda é produção do leite, a lavoura, porém a o CEPPEC se apresenta como uma diversificação da renda, como um complemento da renda familiar, pois as 13 famílias envolvidas com o extrativismo são as mesmas das 8 mulheres da tecelagem, em geral, as mulheres trabalham com a tecelagem, e a produção de bombons, doces, geleias, e os homens com o extrativismo.

A proposta de se criar o CEPPEC veio desde o início do Assentamento e teve apoio da ONG – ECOA, então em sua maioria as mulheres são fundadoras do Assentamento, ficaram sabendo desde a ideia de implantar esse projeto no Assentamento, e em 2005 construíram o Núcleo, onde desenvolvem várias atividades, que conta com 2 alojamentos com beliche e banheiro, cozinha, recepção e sala de tecelagem.

Produzem peças como manta, tapetes, jogo americano, bolsas, esteira, também produzem a “mandala” com o capim dourado, a matéria-prima utilizada é em sua maioria a fibra da bananeira, o algodão, com produtos naturais, como fibras extraídas das palmeiras nativas, da taboa, das palhas de milho, arroz e bananeira, e as sementes da flora local para decoram, o que vem de fora é somente o barbante, inclusive a pintura é natural, neste processo são usados corantes naturais como: coral, açafraão e urucum.

As mesmas mulheres da tecelagem também trabalham na produção de bombons, com as castanhas do baru e também com o jatobá.

Para participarem dos cursos oferecidos é necessário estar envolvido com o CEPPEC em uma das atividades propostas.

As peças tecidas por essas mulheres não servem somente para gerar renda como também para melhorar a qualidade de vida das mesmas, pois beneficiam a autoestima de cada uma, elas se sentem muito felizes por poderem criar peças tão lindas e com a visão de preservar o ambiente em que vivem, elas também participam de troca de experiência com mulheres de outros assentamentos, dividindo ideias, compartilhando conhecimento e construindo sonhos.

No que diz respeito ao extrativismo, atualmente participam 13 famílias, onde são produzidas as castanhas do Baru, conhecida como Castanha do cerrado. Torrada tem um alto valor nutricional pode ajudar na segurança alimentar, as geleias, os doces, os bombons tudo originários das árvores nativas do cerrado, a farinha de jatobá, tudo comercializado e possui embalagem com informação nutricional, somente as geleias, ainda não possuem rótulo, mas já está em processo, também são produzidos licor de guavira, pequi, jaboticaba e outros frutos do cerrado.

Em entrevista realizada neste assentamento, de onde provêm as informações acima constadas, foi possível verificar a importância do CEPPEC para a comunidade deste local, pois este projeto permite que os moradores do Andalúcia tenham alternativas de geração de renda e também de se qualificarem dentro do seu ramo de atividade, de socializar experiências com os outros assentamentos, de valorizarem a culinária do cerrado e, sobretudo de tirarem da natureza, de forma organizada e consciente, o alimento e a matéria-prima utilizada em seus trabalhos manuais, agregando, desta forma, um valor ainda maior as suas atividades, ao meio ambiente local e a consciência ambiental, tão necessária dentre todos, principalmente entre aqueles que vivem em constante interação com a natureza, como é o caso do assentamento em questão.

As atividades realizadas no CEPPEC, como bem observado pelos participantes deste projeto, são bem sucedidas, todas têm seu retorno, seja financeiro, como social ou ambiental. Sobretudo o CEPPEC possui um potencial ainda maior, o número de pessoas desta comunidade atuantes neste projeto é muito pequeno em relação a quantidade de famílias que o Andalúcia abriga. Todos os trabalhos desenvolvidos neste assentamento, por intermédio deste projeto atuante, poderiam apresentar um retorno maior, se contassem com o apoio e a participação de todos os envolvidos na comunidade local.

A proposta central, ou seja, ocupar, tornar produtivas e férteis as terras do assentamento Andalucia já é uma realidade vivida por várias famílias, porém a tarefa de

trabalhar a terra, transformar o seu entorno em seu objeto de subsistência em todos os sentidos, é uma tarefa desafiadora, que exige empenho, não só daqueles que habitam o local, como daqueles que tem a capacidade de oferecer subsídios para que este objetivo se torne real.

É na valorização das atividades desenvolvidas, na divulgação dos métodos naturais, no amparo social e no cuidado com o meio ambiente, que as ações do CEPPEC se mostram firmes e pulsantes, oferecendo assim, segurança em todos os aspectos, àqueles que acreditam e presta serviços a este projeto voltado a população do assentamento Andalúcia. Esta confiança de que o potencial de produção e de crescimento consciente é possível e viável através da implementação de propostas sustentáveis neste assentamento é o que move toda e qualquer ação do CEPPEC, sobremaneira é uma tarefa a ser desenvolvida em comunidade e em parcerias, assim este caminho já está sendo trilhado, porém em passos ainda incertos, devido ao pouco incentivo, se comparado a sua abrangência, voltado a este projeto. O CEPPEC ainda necessita de apoio e colaboradores que talvez se resumam na própria comunidade local, que de alguma forma, deveriam ser chamadas a trabalhar nesta causa tão justa e necessária que é o crescimento e fortalecimento da comunidade local e das suas manifestações de existência sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa que relata a questão da ocupação de terras brasileiras, deste os primórdios da colonização, foi possível diagnosticar a necessidade de se redistribuir estas áreas, de modo a tornar estes espaços em terras produtivas, em todas as esferas, uma vez que toda essa área almejada pela reforma agrária são terras com potencial para agricultura, e que em sua maioria estão entregues ao ócio. Acabar com essa problemática da concentração de terras nas mãos de poucos e, sobretudo, daqueles que não irão trabalhar a mesma, é o principal objetivo da reforma agrária, que se fundamenta na legislação brasileira, que assegura a todo ser humano um lugar digno de moradia. Entregar a fazenda Andalucia às 166 famílias participantes iniciais do projeto de ocupação foi a concretização deste objetivo, pois estas famílias não tinham acesso a terra, conseqüentemente, lhes faltavam moradia, hoje encontram neste assentamento as condições necessárias à habitação, trabalho, saúde e também educação, já que o assentamento conta com uma escola em sua sede.

No decorrer deste trabalho podemos compreender a importância do Projeto CEPPEC não só para o assentamento Andalucia, mas para todos os municípios que estão sendo atendidos pelo órgão e também aos demais municípios de outros Estados inclusive através das ONGS que apóiam o projeto, como por exemplo, a ONG-ECOIA, Rede O Cerrado, e a ONG – Casa Verde, através dessa iniciativa foi possível oferecer aos agricultores familiares uma outra alternativa que não seja somente a agropecuária para se obter renda, principalmente para as mulheres que na sua maioria ajudam seus maridos na lavoura com essa proposta de diversificar a renda e também valorizar o que é da nossa natureza do Cerrado com o objetivo de preservar, conscientizar sobre a importância da conservação, de se trabalhar com os frutos do cerrado obter uma renda, sem deixar de destacar a importância dos cursos de qualificação que são oferecidos, que proporcionam a esses agricultores uma oportunidade de aprender a trabalhar com o que eles possuem em suas terras de uma maneira que agrida menos o meio ambiente, sem contar a importância da troca de experiências entre eles, levando em conta que sempre ocorre o intercâmbio entre os assentados inclusive de outros estados que também trabalham com o mesmo objetivo, preservar o cerrado, um exemplo disto é a oficina de intercâmbio dos produtores de algodão que ocorreu em março deste ano no CEPPEC, onde foi possível trocar experiências sobre como trabalhar com algodão desde o plantio, colheita, fiação e comercialização.

Diante do exposto fica claro a relevância deste projeto que vem se fortalecendo no Assentamento Andalucia, através do apoio das ONGS, porém cabe destacar, que estas iniciativas teriam mais sucesso caso contassem com a participação de todos os assentados, pois não são todos que participam que se envolvem nas atividades do CEPPEC, falta o incentivo da comunidade local para desenvolver e fortalecer ainda mais esse projeto.

As 13 famílias envolvidas no CEPPEC tiram grande proveito das oportunidades oferecidas através deste projeto, sobretudo no quesito qualificação, em especial as 08 mulheres da tecelagem que aprenderam como trabalhar com o algodão, com as fibras da bananeira, da palha de arroz, do milho, pois antes não tinham ideia de como trabalhar com tudo isso e agora veem em tudo isso uma oportunidade de geração de renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S. **Planejamento Governamental: A SUDECO no espaço mato-grossense, contexto , propósito e contradições**. São Paulo, 2001.

BUAINAI, N. Antonio. **Reflexões sobre Reforma Agrária e Questão Social no Brasil**. 14/06/03

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**- São Paulo. Brasiliense, 2007-(coleção primeiro passos :18).

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural : conceito e medida**. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília , V.21. Nº3 , P 379-408- Setembro/Dezembro 2004. 50

KIRDEIKAS, J. C. V.. **O Estado e a formação do mercado interno para o capital no Brasil:1850-1903**. Belo Horizonte-MG, 2003.

LEBSA, N. A. **A questão agrária Brasileira e o avanço do capitalismo no campo**. Disponível em :http://www.sep.org.br/artigo/7_congresso_old/LESBA_NADINE.pdf, acessado no dia 15 de outubro de 2011.

LIMA, S. A. & ABREU, S. **Região Centro-Oeste nos livros didáticos de geografia: “um vazio a ser ocupado** . Anais do X Encontro de geógrafos da América Latina de 20 a 26 de março de 2005.

MIRALHA, W. **Questão agrária Brasileira, Origem , necessidade e perspectiva de reforma hoje**. Revista Nera – ano 9- nº8 janeiro/junho de 2006.

MIZUASAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados-MS, Editora da UFGD, 2009

MOREIRA, R. **Formação do espaço Agrário Brasileiro**. 1ª Ed. São Paulo. 1990.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. 6 ed. São Paulo, 1996

PONCIANO, N. P. **O processo civilizador do Sul de Mato Grosso – A Colônia Nacional de Dourados**. Revista analecta Guarapuava- Paraná. V.2 N°1 , p 93-101. Janeiro/Junho,2001.

PEREIRA, A. J. &LUCEIRO, E. R. **Reforma agrária no Brasil e aplicabilidade da Proposta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra(MST). O” Grupo Coletivo Força Jovem” como forma de Assentamento – (1997/1998)** .Artigo acadêmico, economia e desenvolvimento n°111, março 2000.

TAGLIET, D. B. **A natureza Social e econômica da Lei de Terras de 1850**. Disponível em http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_3_35.pdf, acessado no dia 12 de setembro de 2011.

TEIXEIRA, J. C. **Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais**. Revista Eletrônica da Associação dos geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas-MS, V.2 N°2 – Ano 2, Setembro de 2005.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão: Assentamento Itamarati em Ponta Porã-MS : “O Pivô da questão”**. Presidente Prudente ,2009.

ZAMBERLAN, O. **Expansão da fronteira agrícola, impacto das políticas de desenvolvimento regional no centro-oeste Brasileiro**. 48º Congresso SABER , 25 a 28 de junho de 2010, Campo Grande-MS.

ANEXOS

Projeto de Lotes do Assentamento Andalucia

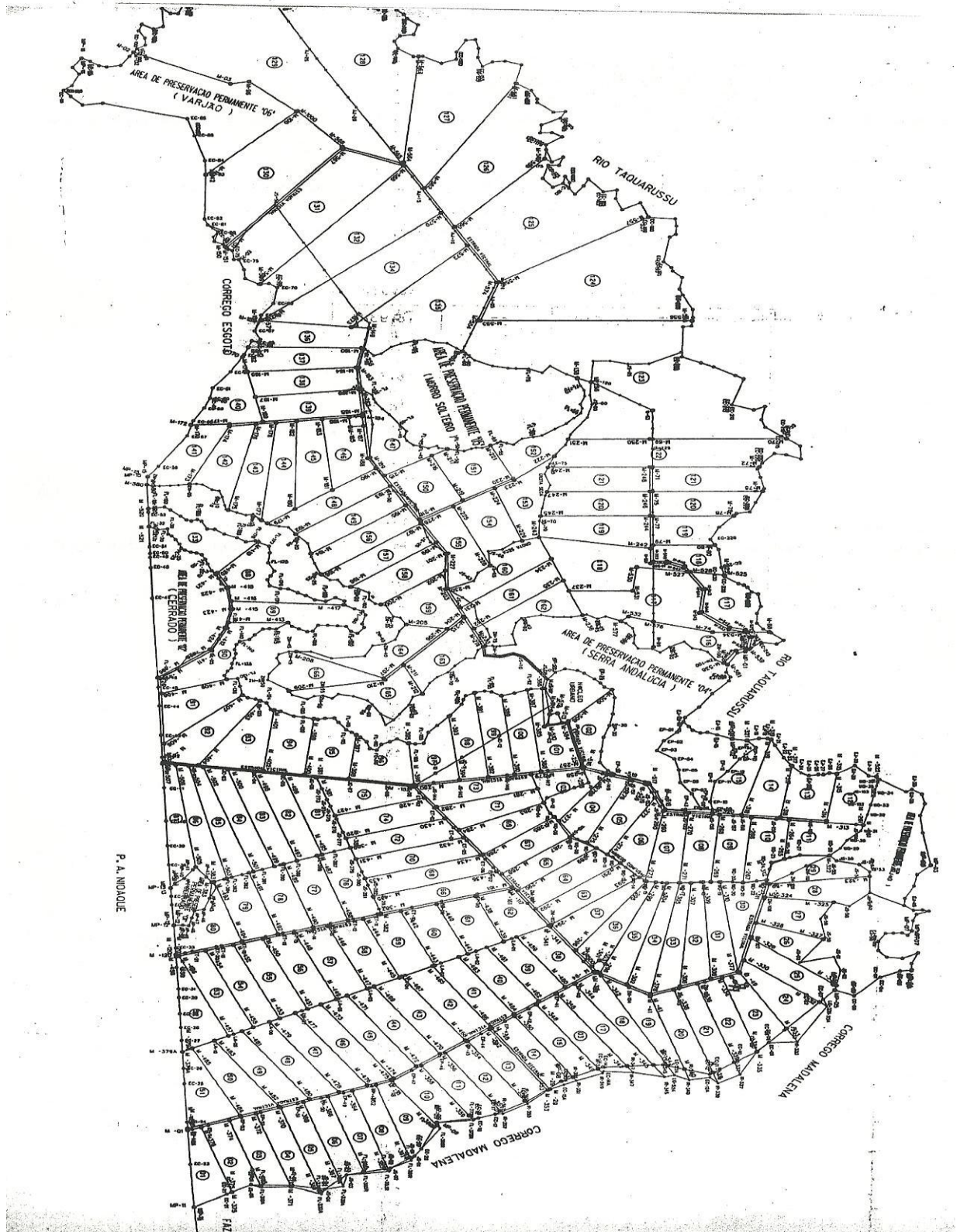


Figura 3 – Assentamento Andalucia



Foto 4 – Sede do Assentamento Andalucia
Fonte : Gomez, D. pesquisa de campo 2011.



Foto 5 – Comemoração dos 18 anos do Assentamento Andalucia organizado pelo CEPPEC.
Fonte: Gomez, D. pesquisa de campo 2011.



Foto 6 – Produto Comercializado pelo Assentamento Andaluçia
Fonte : Gomez, D. pesquisa de campo 2011.



Foto 7 – Farinha do Jatobá pronta para ser comercializada
Fonte: Gomez, D. pesquisa de campo 2011



Foto 8 – Castanha do Baru torrada.
Fonte : Gomez, D. pesquisa de campo 2011



Foto 9 – Arvore do Baru.
Fonte : Gomez, D. pesquisa de campo 2011